

A EDUCAÇÃO REFÉM DO CAPITAL: DESAFIOS DA EDUCAÇÃO NO CAPITALISMO AVANÇADO¹

EDUCATION HELD HOSTAGE BY CAPITAL: CHALLENGES OF EDUCATION IN ADVANCED CAPITALISM

Alice Feitosa Zenaide²
Matheus Maria Beltrame³

Resumo:

Este artigo analisa a influência da lógica formal neoliberal na educação pública e como isso afeta a formação das pessoas. A educação que realmente busca a emancipação humana, agora enfrenta uma crise de propósito em uma sociedade que valoriza o lucro acima de tudo. Com fundamento teórico nas ideias de Christian Laval, István Mészáros, Theodor W. Adorno e Herbert Marcuse, esta análise defende que o neoliberalismo, visto como a expressão moderna da lógica implacável do capital, está convertendo as escolas em negócios e o conhecimento em capital humano. A principal ideia é que, ao se alinhar com a lógica do capital, a educação perde seu caráter político e resulta na semiformação do indivíduo, diminuindo sua autonomia e seu senso crítico. Esse artigo procura entender como essa crise neoliberal causa a semiformação das pessoas e como é possível reconquistar a autonomia por meio da resistência crítica. Para isso, o método empregado é uma análise crítica, que aprofunda a discussão sobre a mercantilização do conhecimento e a mudança na função da escola. A pesquisa reforça a relevância da resistência crítica como caminho para a emancipação, concluindo que essa é a via fundamental para a autonomia dentro de um sistema educacional dominado pela lógica do capital.

Palavras-chave: Capital; Educação; Emancipação; Semiformação

Abstract:

This article analyzes the influence of neoliberal formal logic on public education and how this affects people's development. Education that truly seeks human emancipation now faces a crisis of purpose in a society that values profit above all else. Based on the theoretical ideas of Christian Laval, István Mészáros, Theodor W. Adorno, and Herbert Marcuse, this analysis argues that neoliberalism, seen as the modern expression of the relentless logic of capital, is converting schools into businesses and knowledge into human capital. The main idea is that, by aligning itself with the logic of capital, education loses its political character and results in the semi-formation of the individual, diminishing their autonomy and critical thinking. This article seeks to understand how this neoliberal crisis causes the semi-formation of people and how it is possible to regain autonomy through critical resistance. To this end, the method employed is a critical analysis, which deepens the discussion on the commodification of knowledge and the changing function of the school. The research reinforces the relevance of critical resistance as a path to emancipation, concluding that this is the fundamental route to autonomy within an educational system dominated by the logic of capital.

Keywords: Capital; Education; Emancipation; Semi-formation

¹ Recursos de Inteligência Artificial Generativa foram utilizados estritamente para o refinamento linguístico e estruturação textual, mantendo-se a originalidade e a responsabilidade intelectual dos proponentes sobre o conteúdo científico e metodológico.

² Mestranda em Filosofia (PROF-FILO/UFCG). Professora da ECIT Professor Anésio Leão. Email: alicefeitosazenaide@gmail.com, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1977131564411817>

³ Doutor em Filosofia (UFPB-UFPE-UFRN). Professor Adjunto UACS/CFP/UFCG; Professor Mestrado Prof-Filo UFCG. Email: beltrame25@gmail.com, Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3331339486506743>

Introdução

Ao longo da história, a educação tem sido fundamental para a formação humana, o desenvolvimento da cidadania e para a emancipação humana, funcionando com um equilíbrio contra as tendências que dividem a sociedade. Por isso, a escola foi criada com a intenção de ser um espaço onde a cultura e os valores comuns fossem transmitidos, com o objetivo de promover o crescimento integral de cada indivíduo.

Contudo, nas últimas décadas, esse ideal tem sido questionado, gerando dúvidas sobre a função e a importância nos dias de hoje. Dentro desse cenário, a emancipação pelo conhecimento, um conceito que vem desde o iluminismo, é frequentemente visto como algo ultrapassado em uma sociedade que valoriza o lucro acima de tudo.

O objetivo deste artigo é fazer uma análise crítica, examinando como a lógica neoliberal tem se infiltrado na educação pública. A principal referência para essa análise é o livro de Christian Laval, *A escola não é uma empresa*, que critica a conversão do sistema de ensino em um mercado e do conhecimento em capital humano. A discussão é complementada pelas ideias de István Mészáros, que vê o neoliberalismo não como algo isolado, mas como a expressão mais recente e radical da lógica implacável do capital. Para entender as consequências dessa submissão da educação, esse estudo utiliza a teoria de Adorno, que argumenta que a mercantilização e a utilização prática do conhecimento levam à semiformação do indivíduo, um estado de passividade que restringe sua autonomia e seu senso crítico. Isso perpassado pela teoria social crítica de Marcuse.

Esse artigo investiga que maneira a crise neoliberal na educação pública, compreendida como a expressão atual da lógica do capital, conduz à semiformação do indivíduo e como a autonomia pode ser conquistada por meio da resistência crítica.

No que tange à nossa hipótese, sustentamos a proposição de que, ao alinhar a educação pública à lógica do capital, o neoliberalismo esvazia o caráter político da escola, resultando na semiformação do sujeito. Nesse cenário, a resistência crítica apresenta-se como o elemento fundamental para que o indivíduo possa romper com esse processo e construir sua própria autonomia.

Nossa investigação assume a discussão sobre a formação humana e a emancipação humana, ressaltando a resistência crítica enquanto caminho para o desenvolvimento integral do ser humano em um sistema educacional que segue a lógica do capital, mas confrontando-a criticamente.

Como a escola se transforma em uma empresa e o conhecimento em capital humano

Ao longo da história, a instituição escolar foi idealizada para cumprir um papel fundamental: incentivar a formação humana completa e servir de elemento de equilíbrio frente às dinâmicas sociais que persistem em consolidar a fragmentação e a disparidade entre as pessoas. No entanto, Christian Laval (2019), argumenta que esse ideal fundador enfrenta uma profunda crise de legitimidade em uma sociedade onde o lucro se estabeleceu como valor supremo.

Contudo, conforme a análise de Christian Laval (2019), essa aspiração inicial confronta-se com um sério declínio de sua validade em um contexto social no qual a obtenção de lucro se firmou como o princípio ético e prático mais

elevado. Na cultura de mercado, a emancipação pelo conhecimento, uma herança do Iluminismo, é progressivamente desvalorizada, sendo vista como uma ideia ultrapassada.

Sob a influência da cultura de mercado, a libertação humana por meio do saber, um legado do Iluminismo, é gradualmente menosprezada, sendo considerada um conceito superado. A escola, que por vocação deveria ser um espaço de acesso à cultura e a valores, está sendo submetida a uma lógica que lhe é totalmente alheia.

Dessa maneira, a escola, cuja missão essencial é ser um ambiente de partilha de cultura e de princípios morais, encontra-se agora compelida por critérios operacionais que lhe são fundamentalmente estranhos.

Essa sujeição resulta da ampla difusão do ideário neoliberal, o qual penetra o âmbito educacional por meio da doutrina da administração e do desempenho financeiro. A lógica empresarial se instala de forma sistêmica, levando a instituição de ensino a ser vista como uma empresa, na qual pais e alunos são tratados como clientes. O paradigma corporativo se estabelece de modo integral, fazendo com que a unidade educacional passe a ser percebida como um empreendimento, no qual os responsáveis e os estudantes são considerados consumidores. A concorrência, a competitividade e a rentabilidade tornam-se, então, os principais motivadores, forçando a escola a se adaptar a um modelo de mercado. A partir disso, a rivalidade, a busca por resultados superiores e o retorno financeiro emergem como os vetores primários, impelindo a escola a se conformar a um sistema regido pelas leis do comércio.

A conversão da educação em mercadoria materializa-se por meio de uma redefinição semântica que simplifica a introdução de mudanças e oculta o esvaziamento de seu objetivo essencial. O poder se converte em pilotagem, o comando em mobilização, a autoridade em suporte, e o gestor passa a ser um piloto que deve garantir a adesão ao projeto. Nesse contexto, a noção de poder transmuta-se em orientação estratégica, o ato de comandar torna-se engajamento de recursos, a autoridade vira apoio, e o indivíduo responsável pela gestão é renomeado como um coordenador que deve assegurar a adesão à proposta. Essa nova linguagem demonstra uma profunda reorientação da escola, que se volta cada vez mais para os objetivos de competitividade da economia globalizada. Essa recente terminologia evidencia uma profunda mudança de rumo na instituição escolar, a qual passa a focar, de modo crescente, nas metas de competição e desempenho da economia em escala mundial.

Sob a ótica neoliberal, o saber é profundamente convertido em ferramenta, deixando de representar uma finalidade em si para assumir o *status* de um bem transacionável. Dessa forma, a educação é encarada como um aporte financeiro com potencial de retorno particular, o que é utilizado para legitimar os custos educacionais segundo a perspectiva dos agentes que estabelecem as normas deste sistema. Tal abordagem pragmática engendra a doutrina da especialização profissional, na qual o desenvolvimento do indivíduo é moldado conforme as demandas do mercado, dando primazia a capacidades e aptidões em detrimento de um enriquecimento cultural mais abrangente.

O filósofo István Mészáros (2008), em sua análise, situa essa metamorfose ao postular que o neoliberalismo não constitui um acontecimento isolado, mas sim a manifestação contemporânea e mais extrema do que ele denomina a implacável coerência do capital. Mészáros defende que o sistema capitalista, inerentemente uma totalidade de regulação, não admite reformas substanciais e necessita

estender suas exigências estruturais a todos os domínios da existência social para assegurar a sua perpetuação. A sujeição da instituição escolar, dessa forma, configura-se como uma imposição estrutural do sistema, que incorpora o saber e a atividade educativa com o propósito de sustentar e replicar a hegemonia do capital.

A perspectiva de Herbert Marcuse (2015), oferece um aprofundamento a esta análise, evidenciando de que modo a conversão do conhecimento em ferramenta e a subordinação aos imperativos do capital se apresentam como um regime de dominação social de alcance mais vasto. Marcuse argumenta que a sociedade industrial moderna neutraliza as forças sociais de desagregação predominantemente pela via da Tecnologia, em detrimento da coerção. O exercício do controle e da hegemonia não é implementado pela violência física, mas sim por intermédio de uma eficácia impressionante e uma elevação progressiva do nível de vida, o que torna a condição de sujeição tolerável e, em grande medida, imperceptível.

A dominação, então, se transfigura em administração. Neste arranjo, os indivíduos que exercem o poder deixam de ser reconhecidos como exploradores e passam a desempenhar o papel de funcionários em uma estrutura empresarial, o que resulta no sumiço da origem concreta da exploração, que se oculta por trás de uma aparência de racionalidade imparcial. Ao redefinir a educação como capital humano, o sistema se vale dos recursos tecnológicos para preservar e acentuar essa forma de controle.

A consequência mais séria de todo esse processo reside na anulação da autodeterminação do indivíduo. O ser humano transforma-se em um cativo da civilização industrial avançada, um servo mascarado por subsistir sob a miragem da liberdade e do acesso irrestrito ao consumo, ao passo que as escolhas determinantes para sua existência e bem-estar são definidas em esferas onde ele carece de qualquer poder de intervenção. Conforme a advertência de Adorno (2020), no momento em que a cultura se torna um produto e a educação se submete à lógica estratégica da produção, o indivíduo sofre uma limitação profunda em sua potencialidade de vivenciar experiências enriquecedoras, o que culmina em uma lacuna ética no percurso de desenvolvimento. A coerência racional-tecnológica que rege a escola concebida como empresa, por sua vez, converte-se no instrumento de uma subserviência que se mantém através da oferta de conforto e facilidades.

Essa erosão da autodeterminação do indivíduo no interior da escola-empresa não deve ser lida como uma falha pontual do sistema educacional, mas como o êxito de uma estratégia muito mais ampla. A submissão do saber à lógica estratégica da produção é, na verdade, o reflexo institucional de uma engrenagem macroestrutural do neoliberalismo. Para compreender a força com que essa realidade se impõe, é preciso investigar como essa doutrina se manifesta não apenas como gestão, mas como a própria lógica incorrigível e totalizante do capital, que veda qualquer alternativa fora de sua expansão.

O neoliberalismo como manifestação da lógica incorrigível do capital

O neoliberalismo, em sua manifestação mais contemporânea e extrema, não deve ser interpretado como um evento singular ou como uma simples estratégia econômica de curto prazo. De acordo com a perspectiva marxista de István Mészáros (2008), ele se estabelece como a representação corrente da coerência sistêmica e inabalável do capital. Mészáros argumenta que o capital constitui, em

sua essência, uma estrutura reguladora integral que, devido à sua própria constituição, não pode ser corrigida ou modificada em seus fundamentos. A abordagem voltada para a mudança profunda, por conseguinte, deve partir do reconhecimento dessa característica intrínseca do sistema.

A fim de que o capital sustente sua capacidade de atuação como o principal elemento regulador do metabolismo da reprodução social, torna-se necessário que ele determine suas exigências estruturais em todos os setores da convivência humana. Essa coerência elimina de modo absoluto a viabilidade de quaisquer opções de predominância, seja no domínio da produção de bens, seja nos campos da cultura ou da educação. Circunscrever uma alteração educativa profunda às fronteiras corretivas movidas pelo interesse do capital implica, portanto, em descartar integralmente a meta de uma mudança social de natureza qualitativa. O neoliberalismo, ao se autodeclarar como a única opção praticável, assume a forma dessa norma social universal.

Essa ampliação abrangente do capital torna-se especialmente sutil e perigosa por não se apresentar como uma doutrina explícita no sentido tradicional do termo, mas sim como um conjunto de iniciativas focadas na praticidade e na técnica. Aqueles que a defendem frequentemente se posicionam como peritos que meramente viabilizam a acomodação indispensável à competitividade em larga escala, despojando as reformas de qualquer dimensão política ou passível de questionamento.

Nesta etapa da reflexão, a análise de Herbert Marcuse converge com a crítica estrutural de Mészáros, elucidando o processo pelo qual essa forma de dominação se estabelece de maneira discreta e abrangente na civilização industrial moderna. Marcuse (2015), detalha que, nesse cenário, o exercício da dominação se metamorfoseia em um ato de gestão. A imposição e o controle não são efetivados pela violência explícita ou pelo terror, mas são obtidos por meio do avanço da Tecnologia e de uma produtividade massiva e um nível de bem-estar em ascensão.

A lógica da tecnologia, que tem o potencial de promover a emancipação, revela-se, inversamente, como o principal instrumento da exploração em sua manifestação mais avançada e eficiente. O foco concreto da exploração se esvai por detrás de uma aparência de racionalidade imparcial. O manto tecnológico, portanto, dissimula a manutenção da disparidade e da condição de servidão. Nesse contexto, os detentores de poder e os proprietários do capital deixam de ser identificados como agentes singulares de exploração e passam a exercer o papel de gestores em uma estrutura empresarial. Eles mesmos se veem atrelados a um sistema que estruturam e coordenam, estabelecendo um ciclo de dependência que se auto alimenta em sua trajetória já determinada.

A conversão de todos os aspectos em mercadoria constitui, assim, a norma preponderante estabelecida pelo neoliberalismo, extrapolando a esfera puramente financeira. O aparato do capital necessita ampliar sua hegemonia, o que se torna visível no domínio educacional, em que prevalece o princípio de que tudo pode ser negociado. O saber, ao invés de ser um patrimônio compartilhado e uma via para a libertação humana, é tratado como um produto comercializável. Ao ser assimilado por essa coerência, o arcabouço da educação transforma-se em um instrumento voltado para a sustentação e a replicação do sistema do capital. Este sistema não apenas providencia os recursos humanos essenciais para o contínuo crescimento da estrutura produtiva, mas também constrói e difunde um conjunto de princípios que valida os propósitos das classes hegemônicas. Essa difusão doutrinária generalizada garante que os sujeitos sejam imbuídos dos valores da sociedade

baseada em mercadorias e aceitem a mentalidade capitalista como uma realidade intrinsecamente racional e inerente à natureza das coisas.

Essa aceitação da lógica mercantil como uma realidade intrínseca e racional não apenas sustenta o sistema econômico, mas produz um efeito devastador na formação do indivíduo: a degradação do desenvolvimento cultural em utilitarismo. Quando o saber deixa de ser uma via de libertação para se tornar um produto comercializável, a educação deixa de promover a formação humana integral para dar lugar à semiformação. Esse fenômeno, pilar da Teoria Crítica, revela como a conversão da cultura em mercadoria se torna o principal obstáculo para a conquista da autonomia e da reflexão crítica no capitalismo avançado.

Como a mercantilização gera semiformação, que se configura como um obstáculo central para a autonomia do sujeito

O conceito de semiformação constitui o pilar central da Teoria Crítica para a análise da condição educacional no cenário do capitalismo avançado, funcionando como um sucedâneo deturpado do ideal de libertação humana. Adorno (2020), a caracteriza como a degradação do processo de desenvolvimento cultural, uma dinâmica que, em vez de contribuir para a humanização do mundo, é reprimida pela rigidez inflexível da lógica social dominante.

Este colapso é originado pela conversão da cultura em mercadoria, na qual o próprio processo educativo se sujeita à lógica estratégica e utilitarista da produção. O saber é destituído de seu significado inerente, transformando-se em mero instrumento de eficiência, um capital humano passível de quantificação e dotado de valor cambial no mercado. A aplicação pragmática e instrumental do conhecimento é o fator primordial da semiformação, visto que a educação se limita a fornecer saberes de ordem prática e habilidades direcionadas à colocação no mercado de trabalho, comprometendo assim a autêntica vivência de desenvolvimento humano. A semiformação representa a cultura que se viu integralmente convertida em produto comercial, treinando o sujeito não para uma existência rica e completa, mas para atuar como um agente concorrencial no conflito econômico mundial.

Na perspectiva de Herbert Marcuse (2015), o processo pelo qual esse declínio se estabelece de modo discreto e abrangente. Na civilização industrial contemporânea, o controle é implementado preferencialmente pela Tecnologia, e não pela coerção, valendo-se de uma produtividade avassaladora que transforma a sujeição em uma condição tolerável e quase imperceptível. A estrutura produtiva adquire um caráter de totalitarismo ao determinar as carências e os anseios das pessoas, blindando a consciência contra qualquer forma de pensamento divergente.

Nessa perspectiva, o ser humano submetido à semiformação é o resultado direto dessa imposição. Sua capacidade de reflexão crítica é tolhida, pois o foco na produtividade e no desempenho o obstrui de visualizar o conhecimento como um domínio simbólico com alguma autonomia frente às dinâmicas sociais e laborais. A coerência da mercadoria, quando assimilada, transmuta-se em uma consciência distorcida que se torna resistente ao reconhecimento de seu próprio erro. As pessoas se reconhecem na forma de vida que lhes é permitida buscando sua essência em objeto de consumo e formas de lazer. Este processo de identificação não se trata de um engano, mas de uma concretude, que, apesar de tudo, representa um estágio avançado da condição de estranhamento.

A semiformação se expressa, portanto, como uma condição de inércia e de limitação do potencial humano de vida. A pessoa em estado de semiformação é inábil para estabelecer vínculos com o próximo ou com a realidade concreta e externa, ficando confinada às noções que ela própria constrói a partir da narrativa institucional dominante. Marcuse (2015), aponta que o sistema de controle estabelece um ciclo de dependência que se retroalimenta continuamente, debilitando a capacidade de negação e crítica da consciência.

Esta condição de inércia constitui o impedimento primordial para a autodeterminação da pessoa. A autonomia transcende a mera liberdade de opção do consumidor; ela reside na competência de negação, de refutar a estrutura vigente. O enfraquecimento do potencial para a vivência de desenvolvimento humano configura-se como uma direção inerente à sociedade. Consequentemente, o caminho singular para a libertação encontra-se na resistência fundamentada na crítica, em uma atitude de negação, que possui a força de quebrar o ciclo de subserviência e de revalidar a cultura como um patrimônio de todos, salvaguardando o saber dos imperativos do capital.

Considerações finais

A análise realizada ao longo deste estudo permite concluir que a atividade educativa contemporânea não é um espaço neutro, mas o epicentro de uma disputa de sentidos. Mais do que retomar as teses de Laval ou Mészáros, é preciso encarar a urgência do nosso tempo, a escola brasileira, capturada pela lógica do capital humano, tornou-se uma engrenagem de gestão de expectativas mercadológicas, onde o saber só possui valor se for convertível em desempenho.

Nesse cenário, nossa posição é de que o ensino de Filosofia ocupa uma posição de risco e, simultaneamente, de resistência estratégica. Sob a égide do neoliberalismo, a Filosofia é constantemente empurrada para o escanteio do currículo por não oferecer um retorno financeiro imediato ou por não se enquadrar na métrica da competência técnica. Contudo, é precisamente essa inutilidade mercantil que a torna perigosa ao sistema.

Acredito que o futuro da educação, e da Filosofia em particular, caminha para uma bifurcação decisiva. A via da domesticação em que a Filosofia se torna apenas uma "ética do empreendedorismo" ou um conjunto de competências socioemocionais voltadas à resiliência passiva diante da exploração. Aqui, o ensino serve apenas para decorar o "servo mascarado" de Marcuse. Ou a via da recusa em onde o ensino de Filosofia assume sua vocação como pedagogia do negativo. Nossa aposta é que o ensino deve funcionar como o antídoto à semiformação de Adorno. Isso significa que a sala de aula precisa ser o local onde a transparência da gestão tecnológica é desmascarada, revelando as relações de poder ocultas sob o discurso da eficiência.

A autonomia, a meu ver, não é um conteúdo a ser transmitido, mas uma competência de recusa. O ensino de Filosofia no contexto neoliberal deve, portanto, transbordar a teoria e se tornar uma práxis marxista: uma ação consciente que capacita o estudante não para se adaptar ao mercado, mas para questionar a existência do próprio mercado como régua da vida humana.

Concluimos que a libertação não virá de dentro das reformas educacionais que mimetizam o mundo corporativo. Ela reside na capacidade de reorientar o processo educativo para a plena realização humana. O horizonte é claro, ou a educação serve ao capital, ou serve à emancipação. Não há meio-termo na

semiformação; a nossa tarefa é, por meio da crítica fundamentada, abrir frestas nesse sistema para que uma nova sociedade possa, enfim, ser imaginada e construída.

Referências

LAVAL, Christian. *A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público*. 2.ed. rev. e ampl. São Paulo: Boitempo 2019.

ADORNO, Theodor W. *Educação e emancipação*. 2 ed, ver. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2020.

MÉSZAROS, István. *A educação além do capital*. Nova ed. Ampl. São Paulo: Boitempo, 2008

MARCUSE, Herbet. *Ideologia da sociedade industrial: O homem unidimensional*. 4. Ed. Rio de Janeiro, 2015.

Recebido em: 02/2026
Aprovado em: 05/2026